

Ata nº.073 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de setembro de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS; elaboração e apreciação dos parecer do comitê de investimentos do mês de agosto de 2025.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a presença do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de setembro de 2025 é de R\$ 1.720.588,69, onde, R\$ 1.650.519,69 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.069,00 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transscrito da análise da carteira, disponibilizada em 13/10/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: " *No Brasil, a inflação ao produtor representada pelo IGP-M registrou alta de 0,42% em setembro, levemente acima da variação de 0,36% em agosto, conforme dados da FGV. Com o resultado, o indicador acumula queda de 0,94% no ano, mas mantém alta de 2,82% nos últimos 12 meses. A pressão no mês veio principalmente do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que voltou a subir com o avanço dos preços de commodities e insumos industriais, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) também contribuiu positivamente, refletindo o fim do bônus de Itaipu e os consequentes reajustes na energia elétrica. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) apresentou alta mais moderada, acompanhando o arrefecimento nos custos de materiais e serviços. Apesar da recuperação, o resultado ainda mostra um cenário de inflação controlada, com variações localizadas e efeito limitado sobre a tendência geral de preços. Ainda sobre o tema inflação, o IPCA oficial subiu 0,48% em setembro, revertendo a deflação de agosto e ficando acima das projeções médicas. A principal pressão veio da energia elétrica, que teve aumento expressivo após o fim do desconto do Bônus de Itaipu. Também colaboraram para a alta itens de habitação, vestuário, saúde e educação, enquanto grupos como alimentos registraram queda ou alta menos expressiva. Em agosto de 2025, o Brasil registrou 147.358 novas vagas formais, mantendo o ritmo de criação de empregos no ano e elevando o saldo acumulado para cerca de 1,5 milhão de postos. O resultado foi 38,4% menor que o observado em agosto de 2024, o que evidencia uma desaceleração relativa na geração de empregos. Entre os setores, o destaque ficou para os serviços, que abriram mais de 81 mil vagas, enquanto comércio, indústria e construção também tiveram contribuição positiva; apenas o setor agropecuário registrou saldo negativo. Além disso, embora o mercado de trabalho continue com sinais de aquecimento, há alertas quanto à qualidade dos empregos criados: muitas das vagas foram de menor jornada ou níveis salariais mais baixos, o que pode indicar uma fragilidade nas contratações em termos de estabilidade e remuneração real. A inflação ao consumidor na zona do euro acelerou para 2,2% ao ano em setembro, ante os 2,0% registrados em agosto, superando levemente as expectativas do mercado. Esse aumento foi puxado principalmente por preços de serviços e alimentos, enquanto o componente de energia registrou queda menor do que nos meses anteriores. Ao comentar o cenário, Christine Lagarde, presidente do BCE, afirmou que o intervalo de risco para a inflação se estreitou, o que sugere menos probabilidades de oscilações extremas no indicador. Ela indicou que, com as taxas de política já em níveis sensatos, o banco central está bem posicionado para reagir caso surjam choques inesperados, mas não vê necessidade de ajuste imediato. Inflação (IPCA): a projeção para 2025 recuou de 4,80% para 4,72%, enquanto a de 2026 permaneceu em 4,28%. PIB: as expectativas de crescimento foram mantidas em 2,16% para 2025 e 1,80% para 2026. Câmbio: a estimativa para o dólar ficou em R\$ 5,45 em 2025 e de R\$ 5,53 para R\$ 5,50 em 2026. Selic: a taxa básica de juros seguiu em 15,00% para 2025 e foi ajustada de 12,38% para 12,25% em 2026. Ao longo da semana, teremos inflação ao produtor e consumidor da China, na terça feira, além do IBC-BR de agosto na quinta e inflação ao produtor dos Estados Unidos, também na quinta. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demais e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outra, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrelocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico.*

Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Títulos Públicos. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e aplicação em Ações - Livres, Fundo Imobiliário, Multimercado - Credito Privado. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de agosto será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Após análise dos membros do comitê, ficou acordado que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de setembro de 2025 será aplicado no fundo: **BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE ESPECIAL 2026 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ 39.255.739/0001-80**, que na data da cotação estava com taxa de IPCA + 10,13%. Não houve realocação da carteira de investimentos. O valor da taxa de administração de R\$ 70.069,00, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Na sequência, ocorreu a elaboração do parecer do comitê de investimentos da competência de agosto de 2025, o qual foi analisado e revisado pelos presentes. Após as adequações necessárias, o parecer será encaminhado ao conselho fiscal, para aprovação, com uma análise favorável dos membros do comitê de investimentos presentes. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Flávio Tadeu Kowaleski
Presidente

José Luis Ribeiro de Leon
Membro titular

Enedilson Marocco
Secretário

Lisiane Gonçalves
Membro titular

Clarice Ribeiro Alves Rocha
Membro titular

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GABRIEL DO OESTE

Ata nº.073 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV. Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Gabriel do Oeste – SGOPREV, na sede do Instituto, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 1409, Centro - São Gabriel do Oeste/MS, com a presença dos membros: FLAVIO TADEU KOWALESKI, JOSÉ LUIS RIBEIRO DE LEON, CLARICE RIBEIRO ALVES ROCHA, LISIANE GONÇALVES, ENEDILSON MAROCO, para debaterem a respeito a seguinte ordem do dia: **Destinação dos recursos da arrecadação do SGOPREV da competência do mês de setembro de 2025; realocação da carteira de investimentos, para melhor rentabilidade da carteira; destinação dos valores recebidos de compensação previdenciária do INSS; elaboração e apreciação dos parecer do comitê de investimentos do mês de agosto de 2025.** O presidente do comitê de investimentos iniciou a reunião destacando a presença do consultor em investimentos SÉRGIO RICARDO PINHO. O valor da arrecadação bruta, correspondente à competência de setembro de 2025 é de R\$ 1.720.588,69, onde, R\$ 1.650.519,69 corresponde à contribuição patronal e dos segurados e R\$ 70.069,00 corresponde à taxa de administração. O cenário econômico, transscrito da análise da carteira, disponibilizada em 13/10/2025, pela assessoria em investimentos Crédito e Mercado Consultoria de Investimentos, descreve a seguinte conjuntura: " No Brasil, a inflação ao produtor representada pelo IGP-M registrou alta de 0,42% em setembro, levemente acima da variação de 0,36% em agosto, conforme dados da FGV. Com o resultado, o indicador acumula queda de 0,94% no ano, mas mantém alta de 2,82% nos últimos 12 meses. A pressão no mês veio principalmente do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que voltou a subir com o avanço dos preços de commodities e insumos industriais, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) também contribuiu positivamente, refletindo o fim do bônus de Itaipu e os consequentes reajustes na energia elétrica. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) apresentou alta mais moderada, acompanhando o arrefecimento nos custos de materiais e serviços. Apesar da recuperação, o resultado ainda mostra um cenário de inflação controlada, com variações localizadas e efeito limitado sobre a tendência geral de preços. Ainda sobre o tema inflação, o IPCA oficial subiu 0,48% em setembro, revertendo a deflação de agosto e ficando acima das projeções médicas. A principal pressão veio da energia elétrica, que teve aumento expressivo após o fim do desconto do Bônus de Itaipu. Também colaboraram para a alta itens de habitação, vestuário, saúde e educação, enquanto grupos como alimentos registraram queda ou alta menos expressiva. Em agosto de 2025, o Brasil registrou 147.358 novas vagas formais, mantendo o ritmo de criação de empregos no ano e elevando o saldo acumulado para cerca de 1,5 milhão de postos. O resultado foi 38,4% menor que o observado em agosto de 2024, o que evidencia uma desaceleração relativa na geração de empregos. Entre os setores, o destaque ficou para os serviços, que abriram mais de 81 mil vagas, enquanto comércio, indústria e construção também tiveram contribuição positiva; apenas o setor agropecuário registrou saldo negativo. Além disso, embora o mercado de trabalho continue com sinais de aquecimento, há alertas quanto à qualidade dos empregos criados: muitas das vagas foram de menor jornada ou níveis salariais mais baixos, o que pode indicar uma fragilidade nas contratações em termos de estabilidade e remuneração real. A inflação ao consumidor na zona do euro acelerou para 2,2% ao ano em setembro, ante os 2,0% registrados em agosto, superando levemente as expectativas do mercado. Esse aumento foi puxado principalmente por preços de serviços e alimentos, enquanto o componente de energia registrou queda menor do que nos meses anteriores. Ao comentar o cenário, Christine Lagarde, presidente do BCE, afirmou que o intervalo de risco para a inflação se estreitou, o que sugere menos probabilidades de oscilações extremas no indicador. Ela indicou que, com as taxas de política já em níveis sensatos, o banco central está bem posicionado para reagir caso surjam choques inesperados, mas não vê necessidade de ajuste imediato. **Inflação (IPCA):** a projeção para 2025 recuou de 4,80% para 4,72%, enquanto a de 2026 permaneceu em 4,28%. **PIB:** as expectativas de crescimento foram mantidas em 2,16% para 2025 e 1,80% para 2026. **Câmbio:** a estimativa para o dólar ficou em R\$ 5,45 em 2025 e de R\$ 5,53 para R\$ 5,50 em 2026. **Selic:** a taxa básica de juros seguiu em 15,00% para 2025 e foi ajustada de 12,38% para 12,25% em 2026. Ao longo da semana, teremos inflação ao produtor e consumidor da China, na terça feira, além do IBC-BR de agosto na quinta e inflação ao produtor dos Estados Unidos, também na quinta. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demais e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrelocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para

os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão." As recomendações da assessoria, diante do cenário econômico atual, para os novos aportes, são: Títulos Públicos. Para realocações, a recomendação é: resgate do CDI e aplicação em Ações - Livres, Fundo Imobiliário, Multimercado - Crédito Privado. Lembrando que as recomendações são de análise macro, não refletindo o posicionamento do Comitê de Investimentos, que busca aplicações mais conservadoras, procurando não expor a carteira do RPPS à volatilidade da renda variável e também destacando a preocupação do comitê de investimentos de buscar investimentos menos voláteis no cenário econômico atual. Após análises e conclusões, ficou definido: O recurso recebido por compensação previdenciária no mês de agosto será aplicado em fundo vinculado ao CDI na própria conta do recebimento, na Caixa Econômica Federal, Caixa FI Brasil RF DI LP CNPJ 03.737.206/0001-97. Após análise dos membros do comitê, ficou acordado que o valor disponível para aplicação do aporte da competência de setembro de 2025 será aplicado no fundo: **BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE ESPECIAL 2026 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ 39.255.739/0001-80**, que na data da cotação estava com taxa de IPCA + 10,13%. Não houve realocação da carteira de investimentos. O valor da taxa de administração de R\$ 70.069,00, será repassado para a conta corrente da taxa de administração junto à Caixa Econômica Federal. Na sequência, ocorreu a elaboração do parecer do comitê de investimentos da competência de agosto de 2025, o qual foi analisado e revisado pelos presentes. Após as adequações necessárias, o parecer será encaminhado ao conselho fiscal, para aprovação, com uma análise favorável dos membros do comitê de investimentos presentes. Dando por encerrada a reunião, o Presidente solicitou a mim, Enedilson Marocco, secretário, que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Secretaria de Assistência Social
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº 19/2025

OBJETO: Em cumprimento ao disposto no art. 32, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, e no art. 10, §1º, do Decreto Municipal nº 2.566/2021, torna-se público o presente Extrato de Justificativa de Dispensa de Chamamento Público por Inexigibilidade nº 19/2025, visando à celebração de Parceria, por meio de Termo de Fomento, entre o Município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, e a Organização da Sociedade Civil – ALAC/Casa de Passagem, inscrita no CNPJ nº 05.437.993/0001-87, devidamente credenciada no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal do Idoso e junto ao Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, para o desenvolvimento do projeto "Sistema Solar Luz que Acolhe".

O referido projeto tem por finalidade fortalecer e aprimorar os serviços prestados pela ALAC/Casa de Passagem, mediante a implantação de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica, com vistas à redução dos custos com energia elétrica, promovendo sustentabilidade financeira e permitindo que os recursos economizados sejam revertidos na melhoria do atendimento às pessoas acolhidas, em especial idosos e migrantes, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009) e o Plano de Trabalho aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A inexigibilidade de chamamento público encontra amparo no art. 31 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."

A justificativa fundamenta-se na inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, considerando a natureza singular do objeto e a atuação exclusiva da ALAC/Casa de Passagem como equipamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, responsável pelo acolhimento institucional de pessoas em situação de rua, conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

VALOR: R\$ 90.500,00 (noventa mil e quinhentos reais), oriundos do Fundo Municipal do Idoso - FMI.

PERÍODO EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 06 (seis) meses.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste extrato para impugnação da justificativa constante no processo administrativo, nos termos do § 2º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 2.566/2021.

São Gabriel do Oeste/MS, 29 de outubro de 2025.

Jefferson Masiaga

Secretário Municipal de Assistência Social

Decreto "P" 001/2025.

Matéria enviada por Agnis Dimeira Schrêiner

Prefeitura Municipal
DECRETO "P" Nº 607/2025